

ESTRATÉGIAS PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Boletim do PFC PPME e do PFC CPE



35ª Edição, 2º Trimestre de 2008

Análise e Estratégia da Dívida PPME

A Verdade sobre a Ajuda Sul-Sul	2
Guia Prático do CEMLA ao QSD-PBR	4
Guiné-Bissau: Um Caso Urgente de Alívio da Dívida	5
Melhorando a Eficácia da Ajuda para o Malawi	6
Instituições de Gestão da Dívida na África Ocidental Anglófona	7
Indicadores da Sustentabilidade da Dívida	8
PPME: Actividades Recentes e Futuras	10
Perguntas Técnicas sobre o Alívio da Dívida	16

Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros

Concebendo um Plano de Acção de Políticas CPE	12
Gâmbia: Aumento do IDE no Sector Imobiliário	13
Investimento Nicaraguense Concentrado na Zona Livre	14
Actualização das Actividades do PFC CPE	15

A ajuda sul-sul tem vindo a crescer rapidamente desde 2005, tendo-se tornado controversa porque alguns decisores da OCDE sugeriram que poderia comprometer a sustentabilidade da dívida e minar as estratégias de desenvolvimento pró-pobres. A ONU encarregou recentemente a DRI de conduzir um estudo sobre a ajuda sul-sul para o seu Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento, baseado de forma considerável na evidência fornecida pelos gestores da ajuda dos PPME. Este artigo reporta um resumo das constatações desse estudo, cujo texto integral se encontra no endereço <http://www.un.org/ecosoc/newfunct/2008dcfbckgrd.shtml>.

Em termos de escala, o estudo recolheu montantes consideráveis de dados novos e desembolsos estimados pelos principais doadores do sul¹ no montante tão elevado de US\$12.1 mil milhões em 2006, representando quase 10% dos fluxos de ajuda globais. Isto subestima o total da ajuda do sul, visto que vários pequenos contribuidores bilaterais e multilaterais não foram incluídos devido à falta de dados. Muitos doadores do sul têm aumentado dramaticamente a sua ajuda nos últimos anos e a maioria está a planear futuros aumentos consideráveis.

Conforme a tabela abaixo mostra, os maiores doadores são a China, a Índia, a Arábia Saudita e a Venezuela (cada um com mais de US\$ mil milhões por ano), seguidos da República da Coreia, de Taiwan, da China e da Turquia (mais de US\$500 milhões). Os doadores do sul contribuem apenas com uma média de 18% da sua APD através de instituições multilaterais, comparado com uma média de 29% dos doadores do CAD OCDE.

As principais características da ajuda dos doadores do sul são conforme o seguinte:

- Cerca de 90% são na forma de ajuda a projectos e assistência técnica, com apenas 10% de apoio à balança de pagamentos ou ao orçamento. Contudo, alguns estão a planear aumentar o futuro apoio ao orçamento.
- Alguns projectos do sul são co-financiados pela “cooperação triangular”, pelo que os doadores do norte financiam projectos executados por instituições do sul. Têm como foco primário a cooperação técnica, visto que se considera que as instituições do sul têm conhecimentos mais relevantes para satisfazer as necessidades dos países em desenvolvimento.
- A maior parte da ajuda vai para países com

os quais os doadores mantêm laços estreitos de investimento, políticos ou comerciais.

Também há um grande foco regional, que reflecte uma melhor compreensão/percepção das necessidades dos vizinhos, semelhanças de língua e cultura, oportunidades para melhorar o comércio e baixar os custos de administração. Isto também permite aos doadores do sul focar insistentemente em projectos regionais, que os países receptores muitas vezes consideram ser sub-financiados pelos doadores do CAD.

- Tal como no caso de alguns doadores do CAD, as considerações políticas e estratégicas, assim como oportunidades de comércio e investimento, podem conduzir a que alguns doadores do sul forneçam ajuda a receptores com um mau cadastro nos direitos humanos. Contudo, a maior parte da ajuda do sul não vai para esses países: à excepção de Myanmar, os maiores beneficiários da ajuda do sul também figuram entre os dez receptores principais de ajuda dos países do CAD.
- Em alguns casos, tal como no caso de alguns doadores da OCDE, o fornecimento de ajuda está ligado aos progressos operados em relações comerciais e de investimento, ou a outras lealdades políticas ou estratégicas.
- Cerca de dois terços da ajuda do sul são fornecidos como empréstimos e um terço na forma de donativos. Contudo, para a maioria dos países receptores, os empréstimos acarretam um pequeno risco de tornar a dívida insustentável porque os termos não são necessariamente menos concessionais que os dos empréstimos do norte, por um lado porque muitos doadores do sul asseguram que os termos dos seus empréstimos se encontram dentro dos limites de concessionalidade dos países acordados com o FMI.
- A ajuda do sul não tem virtualmente condicionalidades de políticas, o que a torna mais atractiva para os receptores do que a ajuda do CAD. Com consequência disso, muito poucos doadores do sul iniciam um diálogo de políticas macroeconómicas ou sociais com os governos receptores.
- Alguns fornecedores do sul têm um bom registo de canalizar a sua ajuda através do orçamento do receptor, ao passo que outros não.
- Um ponto forte da ajuda do sul é a sua orientação para as prioridades dos receptores tais como infraestruturas (telecomunicações, energia, estradas) e investimentos do sector produtivo (agricultura), comparado com o foco do CAD nos ODM através de apoio ao sector social.
- Os governos receptores consideram a ajuda do sul como sendo relativamente

calendarizada porque é desembolsada conforme programado dentro do ano financeiro visado. Isto não só beneficia o planeamento fiscal dos governos como também conduz a uma conclusão oportuna/atempada dos projectos.

- Os países receptores também vêem a ajuda do sul como sendo menos dificultada por atrasos de procedimentos e administrativos, embora não necessariamente utilizando os sistemas nacionais de gestão financeira e mais que a ajuda do CAD.
- O grosso da ajuda do sul está vinculado à contratação pública de bens e serviços de fornecedores no país contribuidor. Contudo, apesar disso, os beneficiários consideram frequentemente que os projectos implementados por doadores do sul são mais baratos e de alto nível.
- Existe entre os receptores a preocupação de a celeridade e o baixo custo da execução (especialmente de projectos de infraestruturas) poderem implicar menos análises do impacto ambiental e social.
- Existe relativamente pouca harmonização entre os doadores do sul, excepto entre as instituições árabes através de acordos extensivos de co-financiamento dos projectos do Grupo de Coordenação Árabe. A coordenação é maior (incluindo com doadores do CAD) em iniciativas regionais.
- Poucos doadores do sul participam em encontros nacionais de coordenação de doadores, por um lado porque não estão frequentemente representados no país. Contudo, isto poderá mudar, visto que os doadores do sul estão a aumentar a escala da sua ajuda.
- Muitos doadores do sul já assinaram acordos internacionais sobre a eficácia da ajuda tal como a Declaração de Paris, mas poucos têm planos concretos de implementação e todos argumentam que o quadro de Paris deverá ser adaptado às particularidades da ajuda Sul-Sul.

De um modo geral, a ajuda do sul tem algumas vantagens consideráveis e alguns riscos importantes para os receptores. O PFC está a ultimar guias mais pormenorizados à ajuda dos grandes fornecedores do sul (já foram concluídos os guias para a China, a Índia, a Coreia, o Kuwait, a Arábia Saudita e os EAU).

¹ *Argentina, Brasil, Chile, China, Egipto, Índia, Israel, Kuwait, Malásia, República da Coreia, Arábia Saudita, Singapura, África do Sul, Tailândia, Tunísia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Venezuela, Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD) e Fundo OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID).for International Development (OFID).*

A AJUDA SUL-SUL

Desembolsos líquidos da ajuda dos doadores do sul, 2006

	US\$ milhões		como % do RNB		% de ajuda a multilaterais	Futura Intenção de Quantidade
	limite mais baixo	limite mais alto	limite mais baixo	limite mais alto		
Bilaterais						
África						
África do Sul (0)	194		0.07%		77%	- Proposta de políticas para aumentar a ajuda para 0.2%-0.5% num futuro previsível
Ásia						
China (1)	1,500	2,000	0.06%	0.08%	nd	- Duplicar a ajuda a África para US\$ mil milhões até 2009 - Alívio da dívida para 31 PPME (US\$ 1.3-1.4 mil milhões)
Índia (2)	504	1,000	0.06%	0.11%	7%	- Aumento planeado, mas não pormenorizado
Coreia, República da (incl. ajuda à Coreia do N.) (3)	579	885	0.07%	0.10%	17%	- US\$ mil milhões até 2010 (excl. ajuda à Coreia do N.) - 0.25% do RNB até 2015 (=US\$ 2.8 mil milhões)
Malásia (4)	16		0.01%		36%	- Aumento de 25% da cooperação técnica durante 2006-2010 (aprox. US\$ 2.5 milhões extra)
Tailândia (3)	74		0.04%		12%	- Aumento planeado, mas não pormenorizado
Médio Oriente e Norte de África						
Israel (3)	90		0.06%		17%	- Nenhuma informação disponível
Kuwait (3)	158		0.19%		3%	- Nenhuma informação disponível
Arábia Saudita (3)	2,095		0.70%		2%	- Nenhuma informação disponível
Turquia (3)	714		0.18%		10%	- Visa 0.2% do RNB, nenhuma linha temporal anunciada
Emirados Árabes Unidos (3)	249		0.24%		0%	- Nenhuma informação disponível
América Latina e Caraíbas						
Argentina (5)	5	10	0.0025%	0.0050%	nd	- Aumento planeado, mas não pormenorizado
Brazil (6)	356		0.04%		nd	- Nenhuma informação disponível
Chile (7)	3.0	3.3	0.0026%	0.0029%	nd	- US\$ 3,8 milhões até 2008
Venezuela (8)	1,166	> 2,500	0.71%	1.52%	nd	- Montante de ajuda petrolífera dependente do futuro preço do petróleo
Instituições Multilaterais de Desenvolvimento (não-OCDE)						
Agências Árabes (FADES, Fundo OPEP, BIsD e BADEA) (3)	833		-	-	-	Plano quinquenal do BADEA para 2005-2009 orçado em US\$ 675 milhões. Compromisso total planeado de US\$ 200 milhões até 2009.
Outros						
Taiwan, Província da China	513		0.14%		4%	- Nenhuma informação disponível
Apoio Árabe aos Territórios sob Adm. Palestiniana (9)	456		-	-	-	
TOTAL	9,505	12,146	0.16%	0.22%	18.2%	(média para % do RNB)

Fonte: Para uma lista pormenorizada das fontes de dados, queira ver (<http://www.un.org/ecosoc/newfunct/2008dcfbckgrd.shtml>).

Em 2005, as Instituições de Bretton Woods introduziram uma nova metodologia para analisar a sustentabilidade da dívida dos países de baixa renda (QSD-PBR), que se está a tornar a ferramenta padrão utilizada por governos, organismos/organizações internacionais e credores. O Fundo Africano de Desenvolvimento e a AID adoptaram o QSD como um critério formal para decidir sobre o fornecimento de donativos aos países, tendo-se outros credores, tais como as agências de crédito à exportação da OCDE, também comprometido a alinhar com o quadro. Por isso é vital que os PBR sejam capazes de utilizar este quadro para argumentar que o financiamento de que necessitam não irá comprometer a sua sustentabilidade da dívida e como base para estratégias nacionais da dívida (em vez de deixarem a análise para ser conduzida pelos quadros das IBW).

Para fortalecer a capacidade dos funcionários do governo para utilizarem o QSD-PBR, o PFC PPME está a implementar um programa de formação abrangente aos níveis nacional e regional, em cooperação com as IBW. Como um passo inicial no processo, o CEMLA escreveu um Guia Prático, que especifica as características da nova metodologia e como utilizar os seus modelos.¹

A nova metodologia das IBW utiliza um modelo Excel para analisar a dívida externa (dos sectores público e privado) e a dívida pública (externa e interna – embora o QSD estabeleça limiares de sustentabilidade apenas para a dívida pública externa). Este artigo explica os principais passos para a utilização da secção da dívida externa do modelo.

A. Introdução de Dados Necessários

Dados macroeconómicos e agregados da dívida externa são introduzidos na página “Input_external” do Modelo. Isto requer uma vasta gama de dados macroeconómicos – incluindo os sectores real e externo, preços e população, com 20 anos de projecções e 10 anos de dados históricos para facilitar a avaliação de choques. A experiência em seminários do PFC PPME demonstrou que os países precisam de uma lista pormenorizada de definições dos dados exactos a introduzir no modelo, por isso o Guia Prático contém essa lista numa matriz de definições conceptuais no seu Anexo 1.

Dados mais pormenorizados da dívida são introduzidos na página “Inp_Outp_debt”. Esta está dividida em três partes: i) projecções agregadas do serviço da dívida desembolsada até ao fim do período de reembolso; ii) projecções de atrasados; e iii) projecções de novos desembolsos. A dívida desembolsada é introduzida em montantes agregados por tipo de credor (multilateral, bilateral e comercial), que podem ser extraídos dos sistemas nacionais de registo da dívida dos países (por exemplo, SIGADE e CS-DRMS) ou do relatório Portfolio produzido por Debt Pro(c). As projecções deverão incluir 100% de alívio PPME e IADM, visto que o QSD-PBR pressupõe que todos os credores estão a participar em PPME, embora em cenários alternativos os países possam variar os pressupostos para estes serem mais realistas². Qualquer simulação do impacto do alívio da dívida necessário pode ser empreendida à margem do Modelo antes da introdução dos dados.

As projecções de novos desembolsos precisam de ser desagregadas pelo menos em 6 categorias: 3 multilaterais, 2 bilaterais e 1 comercial. Não obstante, a maioria dos países prefere reflectir a sua estratégia de novos financiamentos com maior exactidão através da introdução de dados para mais credores ou numa base de credor por credor. A Caixa 3 do Guia Prático explica como modificar o modelo padrão para incluir mais credores. Os desembolsos também precisam de incluir o financiamento necessário para financiar o défice financeiro da balança de pagamentos (se existir), porque o modelo não calcula défices nem simula cenários para os financiar. Para calcular o financiamento de défices, o utilizador precisa (antes de introduzir dados no Modelo) de executar um cenário abrangente de estratégia da dívida a simular o impacto do alívio das dívidas externa e interna e dos novos financiamentos, e variáveis macroeconómicas, à margem do modelo utilizando a metodologia do PFC PPME.

B. Análise dos Resultados

A análise da sustentabilidade da dívida do QSD assenta num cenário de base, que é testado de novo usando dois “cenários alternativos” padrão (que projectam médias históricas de variáveis macroeconómicas; e um aumento de 2% das taxas de juro de dívida nova); e testes de sensibilidade de variáveis macroeconómicas chave (médias históricas menos meio desvio padrão nos primeiros dois anos do período de projecção, para o PIB real, exportações, o deflator, transferências correntes e IDE, assim como uma combinação de todas estas; e uma depreciação isolada de 30% da moeda

nacional). Estas são todas geradas automaticamente noutras páginas do Modelo, tal como as tabelas e os gráficos de resultados, que mostram a dinâmica que afecta o stock e o serviço da dívida.

Contudo, os “cenários alternativos” gerados não são realmente abrangentes porque não variam todas as variáveis da dívida ou macroeconómicas relevantes e excluem efeitos de segunda ronda. Além disso, nem estes nem os testes de sensibilidade padrão reflectem necessariamente os riscos que um país possa pensar que sejam prováveis de ocorrer nas suas próprias perspectivas económicas ou de endividamento. Assim, embora sejam úteis como uma ferramenta geral global para comparar a sustentabilidade da dívida em países múltiplos, os países individuais precisam de interpretar os seus resultados com cautela na análise de riscos da crise da dívida. Ao utilizá-los para o segundo efeito, os países conceberam portanto tipicamente os seus próprios cenários macroeconómicos e de financiamento abrangentes e utilizaram o quadro QSD para aplicar testes de stress a cada um destes.

O Guia Prático do CEMLA inicia o processo de fornecer aos PBR as ferramentas práticas de que estes precisam para utilizar o QSD com eficácia. Contudo, para assegurar que é uma base credível para estratégias nacionais da dívida, para que as necessidades nacionais de financiamento do desenvolvimento não comprometam a sustentabilidade da dívida, terá de passar a fazer parte de materiais de formação ainda mais abrangentes, que assegurem que os países usem insumos mais pormenorizados e realistas em perspectivas para financiamento e na economia, assim como adaptem estes insumos e a análise dos resultados às suas próprias necessidades.

¹ **Directivas do PFC PPME do Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD). Programa de Fortalecimento das Capacidades de Análise e Estratégia da Dívida. Março de 2008. CEMLA. Disponível online no endereço: http://www.cemla.org/dri/compendio_pfc_aed.htm.**

² **Para países no período interino PPME, as projecções deverão pressupor apenas alívio PPME interino. Para países que ainda não alcançaram o ponto de decisão, as projecções deverão incluir apenas alívio da dívida “tradicional”. Para mais pormenores, ver página 15 do Guia.**

GUINÉ-BISSAU: UM CASO URGENTE DE ALÍVIO DA DÍVIDA



Uma missão recente Pôle-Dette/DRI à Guiné-Bissau assistiu o Governo, em conformidade com o quadro regional de gestão da dívida da UEMOA, no estabelecimento de uma política da dívida para assegurar que o nível e o crescimento da dívida pública sejam sustentáveis; o serviço da dívida será pago conforme programado; e o Governo cumprirá os seus objectivos de gestão da dívida em termos de custo e risco. Além disso, a Guiné-Bissau poderia operar progressos mais rápidos no sentido dos ODM. Contudo, nenhum destes objectivos será cumprido sem uma medida mais rápida no sentido do ponto de culminação PPME para a Guiné-Bissau, assim como um aumento considerável dos fluxos de ajuda ao país.



Contexto e Objectivos

A Guiné-Bissau já percorreu um longo caminho na adopção do quadro regional de gestão da dívida e no estabelecimento de um Comité Nacional de Gestão da Dívida (CNGD). Tenciona anexar as suas estratégias da dívida a futuras leis orçamentais, incluindo níveis máximos de endividamento e garantias, indicadores do portfolio e níveis mínimos de concessionalidade e uma análise da sustentabilidade da dívida pública para os próximos 20 anos. O Pôle-Dette comprometeu-se a assistir cada CNGD com formação específica para cumprir os compromissos no quadro regional. Como consequência, o Pôle-Dette e a DRI organizaram um seminário de formação técnica na Guiné-Bissau de 21 de Abril a 2 de Maio. Mais especificamente, o seminário visava: i) formar os membros do CNDP nos seus papéis e responsabilidades; ii) conceber a estratégia nacional da dívida; e iii) redigir o anexo da lei orçamental que prevê a política de gestão da dívida pública.

Metodologia

O seminário contou com a comparência de 30 funcionários (decisores e técnicos de alto nível) da Presidência, do Gabinete do Primeiro-Ministro, dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Desenvolvimento, e dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Em conformidade com a nova metodologia na região do Pôle-Dette, e particularmente a fim

de simular o efeito do alívio PPME, a estratégia nacional foi construída utilizando a metodologia do PFC PPME e Debt Pro(c), tendo mais testes de sensibilidade sido posteriormente conduzidos utilizando o QSD-PBR. Um número considerável de sessões plenárias também introduziu todos os conceitos relevantes à estratégia e sustentabilidade da dívida, assim como facilitou intercâmbios entre diferentes unidades e demonstrou a necessidade de uma forte coordenação.

O relatório global e o anexo à lei orçamental para 2009 (ambos em português) foram aprovados na sexta-feira, 2 de Maio, durante um em que participaram todas as agências relevantes do Governo e do Parlamento. Todos os decisores e participantes elogiaram o seminário pela relevância e oportunidade do seu teor e pela alta qualidade das pessoas-recurso e indicaram que o Pôle-Dette deverá conceber um programa plurianual para o

fortalecimento da capacidade de gestão da dívida para acompanhamento do seminário.

Cenários e Resultados

O seminário concebeu dois cenários: um cenário de base que continua as tendências correntes e um que contém uma estabilização reforçada e medidas de reforma estrutural para atingir os ODM. O cenário de base pressupõe um ponto de culminação em 2010 e o outro em 2009. Ambos os cenários mantiveram uma política de novos financiamentos limitada a donativos, bem como a empréstimos com um elemento de donativo de pelo menos 50%. A tabela abaixo mostra os resultados do cenário reforçado, que proporciona um espaço fiscal muito maior que o cenário de base, para acelerar o desenvolvimento na Guiné-Bissau e assegurar que o país cumpra os ODM mais rapidamente. De facto, um ponto de culminação mais antecipado será essencial à operação de maiores progressos nos ODM.

Tabela 1: Resultados do cenário reforçado (%)

	2008	2009	2010	2015	2020	2025
VA/Exportações	935,4	84,1	81,6	72,9	75,0	82,3
VA/Receitas Orçamentais	1072,2	144,6	119,5	122,3	117,0	120,5
Serviço da Dívida Externa/Receitas Orçamentais	20,0	14,8	7,1	5,2	3,7	4,7
Serviço da Dívida Externa /Exportações	15,4	7,8	4,3	2,8	2,2	3,0
Serviço da Dívida Pública/Receitas Orçamentais	20,0	14,8	7,1	5,2	3,7	4,7

MELHORANDO A EFICÁCIA DA AJUDA PARA O MALAWI



O Malawi está muito dependente da entrada de fluxos dos doadores para financiar a sua estratégia para o desenvolvimento. Segundo as estimativas de 2007, cerca de 48% do orçamento nacional são financiados por fluxos dos doadores. A parcela de recursos dos doadores no orçamento para o desenvolvimento em 2007 é estimada numa percentagem ainda mais elevada da ordem dos 80%. Com oportunidades limitadas de geração de receitas internas, a entrada de fluxos dos doadores continuará a médio prazo a desempenhar um papel crítico no desenvolvimento nacional. Face a este pano de fundo, é importante compreender os factores que influenciam a entrada de fluxos dos doadores para evitar oscilações súbitas nos calendários de desembolsos.

Historicamente, o Malawi tem registado interferências e imprevisibilidade nos fluxos dos doadores. Por exemplo, no período anterior às primeiras eleições multipartidárias em 1993 e mais recentemente no período de 2002-2003, os doadores suspenderam toda a ajuda ao Malawi, à excepção da ajuda humanitária. Em ambos os casos, o impacto na economia foi dramático, resultando num aumento do endividamento interno para financiar as despesas públicas e potencialmente eliminando o investimento no sector privado.

Outro grande problema é a canalização de apoio à margem do orçamento. Conforme o Sumário de Apoio Extra-Orçamental de 2006/07 ao Malawi, 31% dos fundos dos doadores foram canalizados à margem do orçamento, o que significa que não foram administrados por organismos do Governo, representando por isso um volume significativo de apoio que não tem nada a ver com os sistemas do Governo. É provável que esta percentagem seja uma subestimação, visto que uma série de parceiros de desenvolvimento não conseguiram fornecer pormenores completos do seu portfolio de projectos no Malawi à Divisão da Ajuda e da Dívida. Nestas circunstâncias, só os projectos administrados através dos sistemas do Governo são conhecidos e devidamente justificados.

O Governo precisa de envidar esforços concertados para assegurar que os doadores forneçam ajuda mais calendarizada, canalizada

através dos sistemas do Governo. Isto irá implicar reformas para melhorar os sistemas do Governo e pressionar os parceiros de desenvolvimento no sentido de passarem a utilizar esses sistemas.

O Governo tem de operacionalizar uma Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Malawi (MGDS) que seja credível e reformar o sistema de Gestão das Finanças Públicas (GFP). Ter uma estratégia de desenvolvimento operacional e credível é uma pré-condição para o alinhamento dos fundos dos doadores com a estratégia. São necessários sistemas fortes de GFP que gozem da confiança dos parceiros de desenvolvimento para que os doadores canalizem mais fundos através dos sistemas do Governo. Também é necessário estabelecer um envelope de recursos claro para conseguir a participação (buy-in) dos doadores no fornecimento considerável de mais fundos para as necessidades do Governo, assim como um maior alinhamento das estratégias sectoriais com a MGDS. Outra necessidade-chave é que o Governo tenha políticas e procedimentos claros para gerir a ajuda ao desenvolvimento: o Governo do Malawi tem dirigido o processo de formulação de uma Estratégia de Ajuda ao Desenvolvimento (EAD), cujo objectivo último é melhorar a eficácia da ajuda em conformidade com os princípios da Declaração de Paris.

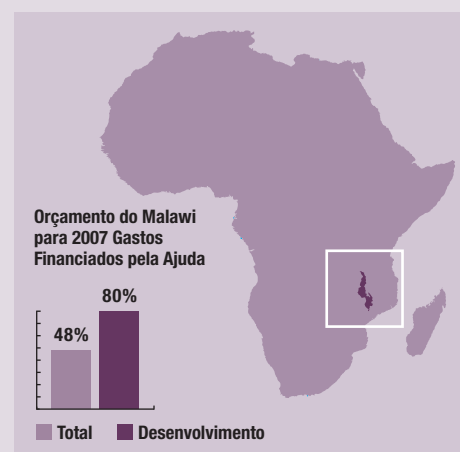
Embora o Malawi precise de fazer mais para atrair mais ajuda, os doadores também deveriam voltar a examinar as suas políticas e os seus procedimentos, especialmente para aumentar a calendarização e evitar Unidades de Implementação de Projectos separadas. Outro grande problema é que os desembolsos dos doadores ficam muito aquém dos seus grandes compromissos. Isto é em parte explicado por atrasos na aprovação dos desembolsos. Leva quase doze meses desde a aprovação de um projecto pelas agências dos doadores até se verem progressos físicos no terreno. Registam-se atrasos até dois meses entre um pedido de desembolso e o desembolso de fundos numa conta do projecto. Os atrasos não são exclusivos ao apoio a projectos: os desembolsos do apoio ao orçamento também registam atrasos prolongados devido a processos de aprovação prolongados por parte das sedes das agências. A maior parte das agências que prestam ajuda ao Malawi não são totalmente descentralizadas, por isso os gabinetes nos países não estão suficientemente empoderados e a maior parte das decisões são tomadas nas capitais.

Ao nível internacional, as políticas e os procedimentos dos doadores estão a ser cada vez mais criticados por causarem longos atrasos na implementação dos projectos.

No entanto, três anos depois de os países e as agências de desenvolvimento se terem comprometido na Declaração de Paris a superar esses problemas, poucas agências de desenvolvimento começaram a utilizar sistemas nacionais. Continuam a citar as debilidades nos sistemas nacionais como uma razão para não os utilizarem - mas os sistemas em si só podem ser fortalecidos, se os parceiros de desenvolvimento começarem a utilizá-los. Os resultados preliminares do estudo sobre a monitorização da Declaração de Paris revelam um desempenho sombrio por parte dos doadores, com mais de 200 projectos separados a utilizar diferentes procedimentos para contratação pública, gestão financeira e prestação de contas.

Por último, os países em desenvolvimento preferem de um modo geral apoio directo ao orçamento como modalidade de entrega da ajuda. Acarreta custos de transacção mais baixos e está mais bem alinhado com as prioridades nacionais. Outro apoio baseado em programas (tal como o apoio sectorial ao orçamento) é quase tão vantajoso porque também acarreta custos de transacção baixos. Nenhum destes requer sistemas paralelos de contratação pública, gestão financeira ou implementação. O apoio a projectos é menos desejado devido aos seus custos de transacção elevados, a atrasos na execução de projectos e a vinculação à contratação de bens e serviços do país doador.

É necessária uma grande mudança nas políticas e práticas quer dos doadores quer dos receptores para que a ajuda ao desenvolvimento traga uma melhoria muito necessária nas vidas das pessoas pobres no mundo em desenvolvimento. O Governo do Malawi continuará a envolver os seus parceiros de desenvolvimento na promoção dessas reformas para partir de bons progressos para tornar a ajuda mais efectiva desde 2005.



INSTITUIÇÕES DE GESTÃO DA DÍVIDA NA ÁFRICA OCIDENTAL ANGLÓFONA



Este artigo examina as instituições de gestão da dívida pública nos Estados-Membros do WAIFEM.

Em conformidade com as melhores práticas internacionais, a gestão da dívida precisa de ser regida por um quadro e um mandato legal explícitos, que especifiquem os papéis e as responsabilidades de cada agência, as regras e os procedimentos, e as estruturas de supervisão. Nos países do WAIFEM, a localização dos gabinetes de gestão da dívida e suas responsabilidades específicas diferem, tal como os pontos fortes, as debilidades e as prioridades de medidas a tomar.

Gâmbia

O Departamento de Estado de Finanças e Assuntos Económicos é responsável pela dívida externa através da sua Direcção de Gestão da Dívida que zela por assuntos operacionais e de políticas. O Banco Central efectua os pagamentos do serviço da dívida e gere a dívida interna. A coordenação é forte, através de dois comités técnicos, o Comité de Gestão da Dívida, que trata da estratégia de emissão de títulos, e o Comité da Política Monetária, que determina a política monetária e as taxas de juro do banco central. Novos financiamentos têm de ser aprovados pelo Parlamento.

Contudo, o quadro legal não cobre todos os tipos de dívida, nem requer a aprovação de uma estratégia anual da dívida. Como consequência, não há uma estratégia publicada. Os decretos pormenorizados sobre a implementação que suportam a lei também são obsoletos e não são observados. A coordenação em negociações de novos financiamentos poderá ser reforçada e os fluxos de informação entre as unidades poderá ser fortalecido através de grupos de trabalho técnicos. O número de quadros e a formação são insuficientes, com uma rotação elevada, sendo necessários mais incentivos e mais formação para melhorar a retenção dos quadros.

Gana

A gestão da dívida externa é empreendida pela Divisão da Gestão da Dívida e da Ajuda do Ministério das Finanças e do Planeamento Económico. Outras agências envolvidas são o Gabinete de Contabilidade Geral e o Banco do Gana. Estas instituições são coordenadas através do Comité de Gestão da Dívida e da Ajuda (ADMC) e do Comité de Coordenação das Políticas Económicas (que gere a política da dívida interna e da taxa de juro). Os fluxos de informação entre os actores funcionam bem. O Parlamento aprova novos financiamentos. Têm-se produzido estratégias da dívida e relatórios da análise do portfolio de dois em dois anos, que têm servido de base às políticas, as informações sobre a dívida são publicadas no orçamento, e o Governo está actualmente a conceber uma política de gestão da dívida abrangente. Os níveis dos quadros e a TI são suficientes.

Contudo, a lei da gestão da dívida no Gana está actualmente a ser actualizada para cobrir as dívidas das empresas públicas e outros novos instrumentos; o ADMC poderia continuar a ser melhorado e reunir-se mais regularmente; e os novos quadros precisam de fortalecimento das suas competências. Antes de mais, o Gana precisa de aprovar e publicar uma estratégia da dívida, face à qual se possa imputar responsabilização total ao Governo.

Libéria

A gestão da dívida é principalmente conduzida pela Unidade da Dívida no Ministério das Finanças e pela Unidade de Gestão da Dívida no Banco Central da Libéria (que efectua os pagamentos). Embora a legislação existente cubra muitos aspectos de gestão da dívida, não especifica claramente a divisão de trabalho entre cada instituição – por exemplo, o Presidente, o Ministro das Finanças (ou outros ministros se necessário) podem assinar novos empréstimos – e não se destina a conceber e a implementar uma estratégia da dívida.

A coordenação é efectuada através de um Grupo de Trabalho de Gestão da Dívida, que foca principalmente na consolidação de dados da dívida. Devido em grande parte à falta de dados, poucas informações têm circulado ou sido publicadas. Há falta de quadros e TI no Ministério e uma falta de capacidade técnica para conceber uma estratégia nacional da dívida (o que reflecte em parte a adesão muito recente da Libéria ao PFC PPME).

Nigéria

Em 2003 foi estabelecido um Gabinete de Gestão da Dívida autónomo, que reporta ao Vice-Presidente. Gere as dívidas externa e interna e fornece directivas gerais para endividamento. Contudo, o Ministro das Finanças é o único signatário de novos empréstimos, o Banco Central da Nigéria efectua pagamentos, e o Contabilista-Geral autoriza os pagamentos.

O quadro legal é bastante abrangente, embora algumas leis componentes sejam contraditórias. Existe um comité da dívida formal intra-agências, publica-se uma estratégia e análise anual do portfolio, o Parlamento aprova novos financiamentos e os quadros e a formação são suficientes. Contudo, a lei não obriga o Governo a estabelecer um limite de endividamento e a coordenação com as políticas macroeconómicas e os fluxos de informação poderia ser melhorada.

Serra Leoa

O Ministério das Finanças desempenha o papel principal na mobilização e reestruturação de empréstimos. O Banco da Serra Leoa gere a dívida interna e mantém registos de dados das dívidas externa e interna. Outras instituições envolvidas são o Gabinete de Contabilidade Geral (harmonização/reconciliação e autorização dos pagamentos do serviço da dívida), a Unidade dos

Assuntos Económicos (monitoriza o desembolso e a implementação de projectos) e o Gabinete do Orçamento. A cobertura da gestão da dívida inclui a dívida das empresas públicas, a troca de informações entre as agências da dívida é regular e abrangente, conduzem-se estratégias da dívida e análises do portfolio regularmente, publicam-se boletins informativos regulares e o Parlamento aprova novos empréstimos. Os níveis de quadros são suficientes, mas a competência poderia ser alargada e o equipamento (hardware) e o software actualizados.

Além disso, a lei da gestão da dívida precisa de ser actualizada, a coordenação inter-agências e a exactidão/opportunidade das auditorias poderiam ser melhoradas e a Serra Leoa precisa de conceber uma política de endividamento abrangente.

Lições Gerais

- Em todos os países, um quadro institucional e legal claro e abrangente é crítico para definir responsabilidades e mecanismos de coordenação, assim como para promover a transparência e a responsabilização através da publicação e de auditorias. Na maior parte dos países, o quadro institucional e legal precisa: (i) de continuar a ser fortalecido através de uma legislação revista e de decretos de implementação claros; (ii) de uma delimitação mais clara das responsabilidades entre as agências; e (iii) de uma responsabilização mais forte através da publicação das metas de gestão da dívida e de auditorias.
- A coordenação das políticas macroeconómicas e de gestão da dívida é crucial. Os Governos deverão prestar mais atenção às implicações de médio a longo prazo das políticas económicas e às necessidades de financiamento externo resultantes para a sustentabilidade da dívida. Os constrangimentos institucionais e de capacidade tendem a minar a coordenação.
- O baixo nível de supervisão pública ou parlamentar de novos financiamentos na maior parte dos países e a falta de uma avaliação sistemática de propostas de novos financiamentos constituem uma grande preocupação. A coordenação insuficiente no que respeita à dívida das empresas públicas e a outros passivos contingentes também é problemática.
- O recrutamento e a retenção de quadros constituem um sério problema. Muitas lacunas têm a sua origem numa capacidade insuficiente dos quadros (números, qualificações ou formação) nas unidades de gestão da dívida, assim como numa rotação rápida de quadros bem qualificados e formados.
- A liderança aos níveis mais altos é crítica a esforços para fortalecer a capacidade de gestão da dívida e assegurar um endividamento externo prudente.

INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA, JULHO 2008

Países	Situação PPME/IADM ¹	Data do QSD	Risco de sobreendividamento
Afeganistão ⁴	Interino	Julho 2007	alto
Angola	na	Out 2007	moderado
Benim	Pós	Jan 2008	moderado
Bolívia	Pós	Julho 2006	baixo
Burkina Faso	Pós	Maio 2007	moderado
Burundi	Interino	Jan 2008	sobreendividamento
Camarões	Pós	Ag 2007	baixo
Rep. Centro Africana	Interino	Jan 2008	sobreendividamento
Chade	Interino	Jan 2007	alto
Comores ⁵	Pré	Out 2006	sobreendividamento
Congo, Rep. Dem. Do	Interino	Set 2007	sobreendividamento
Congo, Rep. Do	Interino	Junho 2007	alto
Costa do Marfim	Pré	Set 2007	sobreendividamento
Etiópia ⁴	Pós	Julho 2007	moderado
Gâmbia	Pós	Março 2008	alto
Gana	Pós	Junho 2007	moderado
Guiné	Interino	Jan 2008	sobreendividamento
Guiné-Bissau	Interino	Nov 2007	sobreendividamento
Guiana	Pós	Março 2007	moderado
Haiti	Pós	April 2008	alto
Honduras	Pós	Dez 2006	moderado
Laos RPD	na	Nov 2007	alto
Libéria ⁴	Interino	Março 2008	sobreendividamento
Madagáscar	Pós	Julho 2007	baixo
Malawi	Pós	Jan 2008	moderado
Mali	Pós	Março 2008	baixo
Mauritânia	Pós	Fev 2007	moderado
Moçambique	Pós	Julho 2007	baixo
Nicarágua	Pós	Maio 2006	moderado
Níger	Pós	Jan 2007	moderado
Ruanda	Pós	Julho 2006	alto
São Tomé e Príncipe	Pós	Maio 2007	moderado
Senegal	Pós	Set 2007	baixo
Serra Leoa	Pós	Jan 2007	moderado
Sudão	Pré	Out 2007	sobreendividamento
Tanzânia	Pós	April 2007	baixo
Togo	Pré	Junho 2007	sobreendividamento
Uganda	Pós	Jan 2007	baixo
Zâmbia	Pós	Jan 2008	baixo

Fontes:
Relatórios e documentos
das IBW sobre os países

¹ Pré = Pré-ponto de decisão PPME, Interino = entre pontos de decisão e de culminação PPME, Pós = Pós-PPME e Pós-IADM, na = já não elegível

² Do cenário de base do QSD para a dívida pública e a dívida externa publicamente garantida, excluindo a dívida privada e não-garantida.

³ Limiares ASD aplicáveis para AID 08 baseados numa avaliação forte, médio ou fraca da força institucional e da qualidade das políticas.

⁴ Projeções para o ano fiscal de 2007/08

⁵ Projeções para 2006

* Não há mínimo requisito ou não foi publicado

** Termos de endividamento menos favoráveis, não exclusivamente da AID

Rádios da dívida externa para 2007 ²			Elemento de donativo mínimo	Limiar ASD aplicável ³	Comentários
VA/PIB	VA/exportações	SDT/exportações			
14.7	152.2	6.1	60%	fraco	Pressupõe apenas alívio PPME interino
21.4	31.9	4.4	*	**	Apenas dívida do Governo central
9.2	80.8	6.3	35%	médio	Dívida interna/PIB é de 4%
23.4	66.0	7.0	*	**	A dívida do sector privado é de cerca de 10% do PIB
12.2	101.0	3.7	35%	forte	Dados da ASD de Jan 2008 não disponíveis
84.8	997.4	35.2	*	fraco	Pressupõe apenas alívio PPME interino
3.8	16.2	1.4	35%	médio	Carga decrescente da dívida interna para 9% do PIB
43.6	294.7	26.9	50%	fraco	Pressupõe alívio tradicional e alívio PPME interino
16.7	30.7	2.2	35%	fraco	Pressupõe ponto de culminação PPME em fins de 2007
51.8	493.2	18.6	*	fraco	Antes de qualquer reestruturação de atrasados
97.5	303.5	17.0	*	fraco	Pressupõe apenas alívio PPME interino. Dívida interna significativa
74.9	86.7	8.7	50%	fraco	Pressupõe apenas alívio PPME interino
58.9	121.7	8.2	35%	fraco	Qualifica-se para PPME no rácio de receitas. Grande dívida interna
6.6	40.6	1.2	*	médio	Exclui empréstimos comerciais não-garantidos do sector público
25.5	106.8	18.5	45%	fraco	Grande carga da dívida interna de cerca de 30% para PIB
19.0	53.6	3.9	*	forte	A dívida interna representa 15% do PIB
41.0	159.8	16.4	35%	fraco	Pressupõe apenas alívio PPME interino
229.8	574.3	28.6	50%	fraco	Pressupõe apenas alívio PPME interino
61.2	75.2	4.0	*	médio	Rácio VA/receitas de 184% em 2007
18.1	137.1	11.0	35%	fraco	Pressupõe apenas alívio PPME interino
21.2	53.4	2.8	35%	**	Dados da ASD de Jan 2008 não disponíveis
44.9	140.4	6.1	*	fraco	Dívida interna insignificante
254.5	510.3	4.5	100%	fraco	Pressupõe liquidação de atrasados multilaterais e alívio PPME interino
11.4	46.2	1.6	35%	médio	A dívida interna é cerca de 10% do PIB
8.2	41.9	3.2	35%	médio	A dívida interna é cerca de 15% do PIB
12.7	44.2	3.4	*	médio	Dívida externa do sector privado e dívida interna mínimas
24.0	42.3	5.9	35%	fraco	Pressupõe resolução do problema dos atrasados em 2007
11.6	30.3	1.1	35%	médio	A dívida externa do sector privado é de 16.3% do PIB
44.8	107.6	5.7	35%	forte	Carga significativa da dívida interna
8.8	46.5	2.3	50%	médio	Vulnerável a choques externos
8.8	82.9	1.1	50%	médio	Dados da ASD de Março de 2008 não disponíveis
21.0	79.5	5.9	50%	fraco	Sensível ao início da produção petrolífera
12.8	52.0	5.0	*	médio	A dívida externa do sector privado é de 25% do PIB
9.2	37.6	0.8	35%	fraco	A dívida externa do sector privado é de 29% do PIB
47.4	283.5	7.0	*	fraco	Antes de qualquer possível alívio PPME
15.5	58.4	3.7	35%	forte	A dívida externa do sector privado é de cerca de 0.7% do PIB
62.9	155.4	7.5	*	fraco	Pressupõe que as reformas do PRGF conduzem a alívio PPME e IADM
4.6	30.8	3.9	35%	forte	Cautela recomendada relativamente a novos financiamentos não-concessionais
5.6	13.7	1.3	*	médio	A dívida interna representa cerca de 2/3 da dívida pública total

Iniciativas de Gestão da Dívida das Instituições de Bretton Woods

Durante Março-Abril, as instituições parceiras do PFC participaram numa conferência de instituições de gestão da dívida organizada pelo Governo norueguês e pelo Banco Mundial a 5-6 de Março em Oslo, que envolveu todas as partes interessadas relevantes (incluindo provedores de fortalecimento de capacidades e assistência técnica internacionais, regionais e do sector privado, assim como gestores da dívida de países em desenvolvimento e doadores bilaterais e multilaterais), para discutir as diversas iniciativas recentes de gestão da dívida promovidas pelo Banco Mundial (e pelo FMI em relação ao QSD e à MTDS). As principais conclusões do encontro foram que essas iniciativas eram de grande valor, pois contribuíam para o leque de bens públicos já disponíveis aos gestores da dívida, e que isto (assim como a troca de informações e os encontros de coordenação) deverá constituir o foco de futuros trabalhos. Por outro lado, não existia um grande problema de falta de coordenação entre os provedores de ajuda para fortalecimento de capacidades, devendo futuros programas de ajuda ser executados através destes provedores, especialmente organismos regionais pertencentes e dirigidos pelos seus países em desenvolvimento membros.

Subsequentemente, aquando e desde as Assembleias de Primavera do FMI e do Banco Mundial, a DRI, o MEFMI e o WAIFEM realizam encontros com o FMI e o Banco Mundial para clarificarem os planos de implementação precisos. Em relação à implementação de uma iniciativa para um Mecanismo de Gestão da Dívida para Países de Baixa Renda (DeMFLIC), o Banco Mundial reafirmou a sua intenção de continuar a operar de forma estreita com e através dos organismos parceiros do PFC para disseminar ferramentas e organizar formação, assim como organizar missões conjuntas, e a sua intenção de evitar recomendações DeMFA ou DeMFLIC que conduzam a condicionalidades.

Seminários Nacionais

Gana: Seminário sobre a Política de Ajuda
Acra, 19-30 de Maio



Este evento foi co-financiado pelo Centro Africano para Transformação Económica (ACET), pelo PFC PPME e pelo Governo do Gana. Permiteu ao Governo conceber a sua própria política de ajuda para o desenvolvimento. Foram proferidas apresentações técnicas sobre questões-chave na formulação da política de ajuda; divisão de trabalho; estratégia e

implementação da ajuda; tendências da ajuda recentes e previstas no Gana; e a – progressos e desafios. Depois disto, os 40 participantes foram divididos em três grupos de trabalho para rever as tendências da ajuda, avaliar as práticas dos doadores e traçar objectivos; e avaliar as práticas do Governo e traçar objectivos. O seminário produziu um relatório abrangente da política de ajuda que avaliou o grau de alinhamento da ajuda com as prioridades e os procedimentos de desenvolvimento do Governo e concebeu princípios e indicadores para aumentar o alinhamento.

Guiné-Bissau: Evento de Formação para o CNGD
Bissau, 21 de Abril-2 de Maio
Ver artigo na página 5



Malawi: Seminário de Actualização da Estratégia da Dívida
Lilongwe 14-25 de Abril



O Malawi já está a produzir relatórios semestrais e anuais sobre a gestão da dívida pública e já adoptou uma política nacional da ajuda e da dívida que prevê as necessidades, as políticas e os procedimentos de financiamento. Como o Malawi é pós-IADM, o foco deste seminário incidiu na mobilização do financiamento mais eficaz do desenvolvimento para manter a sustentabilidade da dívida de longo prazo. O Malawi tinha estabelecido uma equipa de ASD composta por quadros experientes para o seminário, que conseguiram conduzir a maior parte das tarefas relevantes com relativamente pouco apoio, mas alguns quadros novos (especialmente no grupo macroeconómico) requeriam uma preparação mais avançada de dados e formação especialmente na metodologia do QSD-PBR. O seminário produziu um rascunho actualizado do relatório de ASD de 2008, que está agora a ser ultimado pelo Departamento da Ajuda e da Dívida no Ministério das Finanças. Os resultados mostram que o Governo precisa de ser muito cauteloso em relação a qualquer financiamento comercial para poder manter a sua dívida pública sustentável e para monitorizar de perto o crescimento do financiamento externo do sector privado (o que já está a fazer através do FPC CBP).
Ver também artigo na página 6.

Nicarágua: Actualização da Estratégia da Dívida e dos Novos Financiamentos
Manágua, 7-14 de Abril



O seminário, que foi precedido de uma missão

preparatória, tinha por objectivo actualizar a estratégia nacional com base numa análise da sustentabilidade da dívida pública, executando diferentes cenários para contracção das dívidas externa e interna. As actividades incluíram a análise e o ajustamento de cenários e o financiamento de défices orçamentais; a redacção do relatório da estratégia nacional num novo formato mais curto; e a revisão do rascunho do Decreto Presidencial para aprovar a estratégia nacional. Em termos de duração, 83% dos participantes acharam que o seminário teve a duração certa, 81% disseram que a organização técnica e administrativa do seminário foi excelente e 92% disseram que a competência adquirida será desenvolvida e utilizada de forma prática nos seus trabalhos quotidianos.

Serra Leoa: Seminário da Estratégia dos Novos Financiamentos e da Dívida Pós-PPME
Freetown, 25 de Março-4 de Abril



Na sequência do seu Ponto de Culminação, a Serra Leoa pediu ao WAIFEM e à DRI que conduzissem um seminário para definir directivas de políticas pós-PPME sobre futuros financiamentos. O seminário incluiu 30 funcionários de 12 instituições. O seminário combinou a metodologia do PFC PPME (utilizada a fim de construir cenários macro e de financiamento mais pormenorizados e abrangentes) com o quadro QSD-PBR para analisar todos os aspectos de sustentabilidade. Os resultados confirmaram que a Serra Leoa continua com um risco moderado de sobreendividamento ao abrigo do QSD-PBR (embora os cenários de base produzam rácios inferiores aos limiares dependentes das políticas específicas dos países, alguns testes de stress indicam uma dívida insustentável). Estes resultados são consistentes com a ASD tripartida conduzida em Março de 2008 pelo Governo e pelas IBW.

Missões de Acompanhamento/Institucionais

Missão Institucional ao Mali
Bamako, 12-16 de Maio



A missão do Pôle-Dette seguiu-se a uma missão conjunta Pôle-Dette/DRI em Abril de 2007, durante a qual as autoridades malianas se comprometeram a preparar uma estratégia nacional da dívida anexada à lei orçamental e a dar os passos necessários para reorganizar a coordenação da política e gestão da dívida com as políticas fiscais e monetárias, em conformidade com o quadro de referência

RECENTES E FUTURAS

regional para os Estados-Membros da UEMOA. Por isso, esta missão forneceu assistência legal ao Mali para adaptar o quadro regional à sua situação jurídica nacional. A sua principal conclusão foi que o decreto de 2004 que estabeleceu o Comité Nacional de Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública deverá ser transformado num Comité Nacional de Gestão da Dívida para alargar as suas funções e incluir todas as unidades envolvidas na gestão da dívida. Ajudou o Governo a ultimar rascunhos de textos para apoiar esta mudança e no fim da missão as autoridades comprometeram-se a adoptar os textos rapidamente.

Missões Conjuntas com o Banco Mundial sobre a Ferramenta DeMPA.

Durante este período, por sugestão das autoridades dos países, os parceiros do PFC participaram em 3 missões conjuntas com o Banco Mundial – CEMLA às Honduras (4-25 de Abril) e Pôle-Dette ao Burkina Faso (7-17 de Maio) e ao Mali (18-28 de Maio), partindo de 2 missões anteriores. O objectivo principal de cada missão era avaliar o quadro legal e institucional para gestão da dívida em cada país através de discussões com funcionários públicos e doadores, utilizando a ferramenta de Avaliação do Desempenho da Gestão da Dívida (DeMPA) do Banco Mundial. As missões assentam em missões institucionais anteriores do PFC PPME e em auto-avaliações do PFC empreendidas pelos países dos pontos fortes e fracos da sua gestão da dívida, assim como da concepção e da implementação dos planos de fortalecimento da capacidade de gestão da dívida. Cada missão produziu um relatório que analisa o desempenho actual da gestão da dívida e reformas já em curso, a fim de ajudar os doadores a alinhar o seu apoio à gestão da dívida de forma coordenada por trás das prioridades do país (sem apresentar recomendações para mais acções, que serão objecto de uma potencial missão adicional para um grupo de países mais pequeno, partindo do mecanismo proposto DeMFLIC).

Metodologia, Ensino à Distância e Colocações

Metodologia

Como parte do processo de integração das novas metodologias das IBW (o Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD) e Estratégias da Dívida de Médio Prazo (MTDS)) em eventos de formação nacionais e regionais do PFC, os parceiros do PFC têm mantido discussões com as IBW. Em relação ao QSD, os parceiros do PFC visam assegurar a disponibilidade de materiais de formação a funcionários PPME,

que são mais abrangentes e adaptados às necessidades destes. A introdução nas MTDS irá provavelmente começar posteriormente este ano, uma vez que as ferramentas das IBW tenham sido estabilizadas. Além disso, o PFC tem estado a comunicar a sua metodologia (especialmente em relação a planos de fortalecimento de capacidades) ao Banco Mundial para demonstrar a capacidade dos parceiros do PFC para conceber planos para acompanhamento das recomendações das missões de DeMPA.

Além disso, o PFC tem estado a alargar a análise de novo financiamento externo empreendida nos seus seminários para aprofundar o exame de aspectos de financiamento público para o desenvolvimento de uma política de financiamento público. Estes novos materiais de formação incluem a análise dos resultados mais recentes da monitorização dos indicadores da Declaração de Paris. O Guia de Doadores do PFC, que fornece perfis das políticas e dos procedimentos dos doadores, continua a ser alargado para cobrir um leque mais vasto de doadores bilaterais e multilaterais. Até à data, foram elaborados 46 perfis, que serão em breve disponibilizados nas páginas de recursos técnicos de www.hipc-cbp.org.uk (entretanto queira contactar a DRI para uma cópia).

Programa de Ensino à Distância

O segundo grupo de 36 estudantes admitidos na Fase 4 iniciou os seus estudos em Maio de 2008, que foram em muitos casos precedidos de missões para identificar coordenadores nacionais e estudantes e ajudar a preparar dados e documentos nacionais. Os países participantes incluem o Burundi, os Camarões, a RCA, o Chade, a Costa do Marfim, a Etiópia, o Malawi, a Nicarágua, o Ruanda, a Tanzânia, o Togo, o Uganda e a Zâmbia. Também participam quadros do MEFMI e do Pôle-Dette. Há 16 estudantes a estudar a estratégia da dívida interna, 12 a estudar a estratégia de novos financiamentos externos, 7 a estudar a reestruturação da dívida externa e 1 a estudar aspectos de dados da dívida.

Colocações

Quadros da DRI, do MEFMI, do Pôle-Dette e do WAIFEM frequentaram a formação em DeMPA no mês de Abril em Washington.

Futuras Actividades

Durante os próximos seis meses, o PFC PPME irá implementar as seguintes actividades:

- 1 Encontros Inter-Regionais:**
O 15º Encontro Ministerial a 10 de Outubro em Washington.
- 2 Seminários:**
CEMLA: Formação de Formadores e Novos Financiamentos; DRI PALOP: Financiamento Público; Pôle-Dette: Novo Quadro de ASD e Formação de Formadores; MEFMI/WAIFEM: Formação de Formadores no QSD-PBR.
- 3 Seminários Nacionais:**
Etiópia; Guiné; Honduras; Libéria; Moçambique; Tanzânia e Uganda.
- 4 Seminários de Sensibilização:**
Guiné; Libéria; Malawi; Moçambique; Tanzânia; Uganda.
- 5 Seminários Subnacionais:**
El Alto, Bolívia.
- 6 Missões de Acompanhamento/Institucionais:**
Congo; Gana; Quênia; Libéria; Moçambique; Ruanda; São Tomé.
- 7 Governação:**
20º Encontro do Comité Executivo do PFC PPME no mês de Outubro na Tanzânia.
- 8 Colocações:**
Quadros do MEFMI e do Pôle-Dette na DRI.
- 9 Programa de Ensino à Distância:**
Escolas Residenciais para países-programa francófonos e lusófonos.
- 10 Produtos de Informação:**
36ª e 37ª edições deste Boletim, 3 listerves sobre os mais recentes desenvolvimentos em gestão da dívida e uma publicação sobre as Melhores Práticas em Instituições de Gestão da Dívida.

CONCEBENDO UM PLANO DE ACÇÃO DE POLÍTICAS CPE



Objectivo da monitorização e da análise de CPE é contribuir para o desenvolvimento nacional e a redução da pobreza através da melhoria das políticas macroeconómicas e da promoção e facilitação do investimento. Relatórios analíticos de alta qualidade a nível dos países, dados, e recomendações focalizadas de políticas são essenciais para assegurar este resultado. Nas fases 1 e 2 do PFC, os países operaram grandes progressos na compilação e análise, mas só implementaram parcialmente as recomendações de políticas. Isto reflectiu três factores principais:

1. As recomendações do CPE nem sempre foram integradas com iniciativas mais amplas de políticas nacionais, regionais ou internacionais (por exemplo, tratados regionais de investimento, Fazendo Negócios).
2. Os decisores têm visto o exercício como um processo de recolha e análise de dados, sem tomar totalmente em conta as implicações das políticas – embora uma vez que virem o valor e a qualidade da análise ficam interessados em recomendações de políticas.
3. As recomendações não foram formuladas de forma suficientemente clara para implementação.

Na fase 3, os países participantes estão a conferir muito maior ênfase à concepção de Planos de Acção de Políticas (PAP). Este artigo descreve o teor e os passos para preparar um PAP.

Tipos de Recomendações

Os relatórios analíticos geram recomendações num amplo leque de áreas:

- **Divulgação de dados:** como melhorar a qualidade dos dados e as práticas de disseminação em conformidade com códigos e normas internacionais e com as necessidades das agências nacionais e como melhorar a utilidade das publicações
- **Estabilidade macroeconómica:** medidas fiscais ou de outra natureza para incentivar tipos de financiamento específicos (dívida e equidade do IDE, dívida e equidade do portfolio e outro financiamento de longo ou curto prazo) e para promover a estabilidade da economia e fluxos de prazo mais longo.
- **Fluxos recentes e planeados:** informações sobre fluxos recentes e planeados assistem os Bancos Centrais na previsão das

tendências da balança de pagamentos e na gestão das reservas cambiais.

- **Diversificação:** medidas para as agências de promoção do investimento e os ministérios sectoriais diversificarem os países de origem, os sectores ou as regiões de investimento.
- **Perspectivas de investimento:** uma vasta gama de medidas para promover o investimento nacional e estrangeiro, incluindo a melhoria de sistemas financeiros nacionais, infraestruturas, saúde, educação e formação, assim como de quadros legais e regulamentadores e da eficiência das instituições do governo.
- **Contribuição das empresas para o desenvolvimento:** formas em que as empresas poderão ajudar a desenvolver as infraestruturas, a saúde, a educação, as medidas de protecção do ambiente, etc. Estas poderão ser levadas em frente por agências de promoção do investimento, câmaras privadas, multinacionais ou/e ministérios sectoriais.

Também é importante contraverificar diferentes secções dos relatórios para assegurar a coerência (por exemplo, as constatações sobre a percepção dos investidores coincidem com os dados sobre APE?).

Delineando um Plano de Acção de Políticas

Um Plano de Acção de Políticas (PAP) procura estruturar recomendações de políticas com maior clareza para assegurar a implementação das mesmas. A tabela abaixo é um modelo de amostra. Cada recomendação de política deverá aparecer com uma indicação da sua prioridade – Alta, Média ou Baixa (Coluna 1), do objectivo da política a que diz respeito (Coluna 2), das instituições responsáveis pela implementação da política (Coluna 3), do processo de aprovação (Coluna 4), e do calendário (Coluna 5). Visto que podem ocorrer nós de estrangulamento durante a aprovação ou a implementação, a situação precisa de constante monitorização (Coluna 6), para que o calendário possa ser revisto.

Acordos Institucionais

Os “Grupos de Trabalho Nacionais” do PFC operam quer a nível técnico quer a nível político.

Os quadros técnicos que redigem o relatório analítico estão em boa posição para formularem o PAP e o apresentarem para comentários, aprovação e implementação ao nível político. Poderá ser necessário operar com outra agência (por exemplo, nos casos em que o Ministério das Finanças ou um ministério sectorial estratégico não sejam membros do GTN) ou como parte de um grupo estabelecido para implementar outra iniciativa.

Integração com Outras Iniciativas

O Plano precisa de tomar em conta todas as iniciativas nacionais, regionais e internacionais relevantes e coordenar com as instituições que as implementam para assegurar a complementaridade. Por exemplo, as recomendações para promover o investimento em sectores ou regiões específicos poderão ter de ser verificadas junto de câmaras do comércio ou ministérios sectoriais; alterações à metodologia, a códigos fiscais ou de investimento junto dos organismos regionais; e alterações nas políticas macro junto do FMI. Estas iniciativas irão provavelmente incluir:

- Planos de promoção do investimento de API/do Ministério do Comércio e da Indústria
- Planos de desenvolvimento sectorial ou regional de câmaras privadas e ministérios sectoriais
- Termos de referência de iniciativas especiais presidenciais ou de fóruns do investimento público-privado
- Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza/Planos Nacionais de Desenvolvimento
- Documentos de estratégia de organismos regionais
- Recomendações para a divulgação de dados (GDDS FMI, SDDS FMI, ROSC, missões com ACP..)
- Fazendo Negócios do Banco Mundial
- Recomendações para PRGF/IAP do FMI

O PFC CPE está a operar com os países participantes para formular PAP, para assegurar que os relatórios tenham um impacto máximo nas políticas e no crescimento e na redução da pobreza.

Recomendação (Prioridade: A/M/B)	Objectivo da Política	Instituições Principais	Aprovação da Política	Calendário da Política	Situação
1 Constatação: o investimento de países vizinhos está a crescer rapidamente. Recomendação: estabelecer acordos bilaterais com esses países (M)	Atrair mais investimento e troca de dados sobre o investimento estrangeiro	Ministério do Comércio e da Indústria, do Banco Central, da Agência de Promoção do Investimento (API)	6-12 meses (Nota: não precisa de aprovação parlamentar)	12 meses até à assinatura	Rascunho do acordo em discussão entre as agências
2					
3					

GÂMBIA: AUMENTO DO IDE NO SECTOR IMOBILIÁRIO

Este artigo apresenta constatações-chave do censo recentemente concluído da Gâmbia para 2003-04 (que também acompanhou as percepções dos investidores para 2006). O registo inicial de 457 empresas foi reduzido para 214 durante o trabalho no terreno.

Capitais Privados Estrangeiros

A tabela abaixo mostra que o IDE constituiu de longe a fonte mais importante de CPE durante o período, tendo os stocks e as transacções impedido o crescimento da equidade do portfolio e sendo a dívida proveniente de fontes não-coligadas.

Capitais Privados Estrangeiros (US\$ milhões)

INSTRUMENTO	Stock	Transacções 2004		Stock
	Fins de 2003	Créditos	Débitos	Fins de 2004
IDE	112.3	48.5	8.0	154.5
Equidade + Lucros Reinvestidos + Reservas	89.5	41.2	0.1	131.6
Empréstimos de Curto Prazo	3.3	1.1	1.8	2.8
Empréstimos de Longo Prazo	19.5	6.3	6.1	20.1
Portfolio	0.1	0.1	0	0.4
Equidade	0.1	0.1	0	0.4
Outros	3.4	4.0	0.4	7.3
Empréstimos de Curto Prazo	1.8	1.9	0.2	3.6
Empréstimos de Longo Prazo	1.6	2.1	0.1	3.6
Total	115.9	52.6	8.3	162.1

IDE

O IDE consistiu sobretudo em equidade, lucros reinvestidos e reservas, que aumentaram em 38% em 2004 devido a entradas significativas. Isto poderia ser positivo para a sustentabilidade, se a equidade for menos volátil que a dívida. O stock de empréstimos do IDE manteve-se estável, por isso a sua parcela de CPE baixou. Estes eram principalmente de longo prazo, com termos e condições flexíveis.

Em 2004, 70% do stock de IDE foram em dois sectores: no da construção e no imobiliário; e outros 20% no sector financeiro e na hotelaria. O sector imobiliário foi mais dinâmico em 2004, representando dois terços das transacções. Isto reflectiu a compra por parte de indivíduos residentes em países da OCDE de património imobiliário como segundas casas, para reforma ou como investimentos comprar para alugar. A construção (14%) e o sector financeiro (11%) também cresceram, reflectindo lucros elevados. Contudo, o turismo, que constitui um sector-chave na economia (o segundo empregador não-agrícola mais importante com potencial maciço para a redução da pobreza), não cresceu, indicando a necessidade de mais desenvolvimento. De um modo geral, a economia está a tornar-se cada vez mais concentrada. É impressionante que o comércio por grosso e a retalho, tão visivelmente uma pedra angular da economia gambiana, representasse uma parcela tão pequena do IDE, porque a maior parte da equidade neste sector está nas mãos dos investidores nacionais.

O IDE proveniente de fontes não-OCDE é significativo, representando mais de 60% do stock em 2003, embora caísse para 50% até 2004, devido ao aumento do sector imobiliário da OCDE.

O investimento na Gâmbia foi muito lucrativo, produzindo uma taxa de rentabilidade média do capital de 20%. Isto camufla fortes variações nos sectores. O sector financeiro (42%), o sector imobiliário (38%) e o comércio por grosso e a retalho (27%) tiveram o melhor desempenho. Os transportes, o armazenamento e as comunicações reportaram prejuízos, tal como o turismo devido em parte a custos de desenvolvimento de novos projectos.

Portfolio

A equidade do portfolio quase que duplicou, mas mantém-se minúscula, em parte porque não há um mercado de acções. Contudo, pode ser que o investimento de não-residentes em bilhetes do Tesouro (especialmente através de fundos) não esteja a ser totalmente acompanhado.

Dívida

A dívida de fontes não-coligadas foi pequena relativamente ao stock da dívida pública, mas significante em termos do serviço, o que indica que é muito mais onerosa. Cresceu de forma significativa, dividida equitativamente entre o longo e o curto prazo. Contudo, mantém-se muito mais baixa que a dívida das empresas filiadas, o que reflecte dificuldades das empresas na obtenção de crédito no estrangeiro.

Percepções dos Investidores

Consistente com os resultados da rendibilidade, a maioria dos inquiridos indicou estar disposta a alargar o seu investimento nos próximos 4 anos e estar pronta a aumentar a formação e o desenvolvimento dos quadros, o recrutamento de gambianos, a diversificação para outras partes do país e para uma gama mais vasta de produtos e serviços.

Os investidores foram inicialmente motivados pela estabilidade económica e política nacional, pelo Estado de Direito, pelo baixo nível de corrupção, pela estabilidade política regional e pelos incentivos fiscais. Actualmente, os factores que mais

favorecem um maior investimento incluem as telecomunicações, os transportes rodoviários, a eficiência nos serviços bancários e a disponibilidade de quadros formados. Factores negativos cruciais são a governação política, a tomada de decisões lenta por parte de ministérios-chave e o preço elevado da electricidade.

Em termos de responsabilidade das empresas, relativamente poucos investidores têm políticas de emprego sensíveis aos géneros ou políticas de cuidados de saúde e/ou seguros médicos. Os investidores também não têm muito conhecimento dos códigos de responsabilidade internacionais ou das melhores práticas nacionais.

Implicações das políticas e futuras medidas

É imperativo continuar a mobilizar CPE a fim de promover o emprego, o crescimento e a transferência de tecnologias. As políticas precisam de operar no âmbito dos quadros existentes tais como o DERP e das iniciativas específicas dos sectores tais como para o turismo. De um modo geral, porém, as políticas necessárias para atrair o investimento e aumentar o seu impacto no desenvolvimento precisarão:

- Que a estabilidade macroeconómica continue através de políticas monetárias e fiscais prudentes.
- Do fortalecimento e aprofundamento do sector financeiro através do desenvolvimento de empresas locação financeira e capital de risco para PME.
- De fortalecer instituições democráticas, a independência e eficiência judiciais, a administração pública para abordar a ineficiência e o custo elevado dos serviços públicos.
- De continuar a actualizar e a melhorar as infraestruturas e os serviços públicos, incluindo a energia, as águas, as estradas e as telecomunicações.
- De uma melhor entrega de serviços em departamentos do Governo e municipalidades com um baixo nível de desempenho (por exemplo, o estabelecimento de um Conselho para acelerar a distribuição de terras a investidores).
- De um foco contínuo na educação e na formação para assegurar um fornecimento adequado e suficiente de trabalhadores especializados e quadros profissionais.
- Da promoção de um equilíbrio mais equitativo entre os géneros nas práticas de emprego das empresas.
- De melhor acesso a cuidados/seguros médicos para os quadros das empresas e suas famílias.
- De alertar um leque mais vasto de empresas para os códigos voluntários de RSE e operar com estas no sentido de identificar estudos de casos positivos de melhores práticas das empresas.

INVESTIMENTO NICARAGUENSE CONCENTRADO NA ZONA LIVRE

No fim de 2007, o Grupo de Trabalho Interinstitucional (Grupo de Trabajo Interinstitucional – GTI) concluiu o primeiro ciclo do PFC CPE. Este artigo apresenta os principais resultados analíticos.

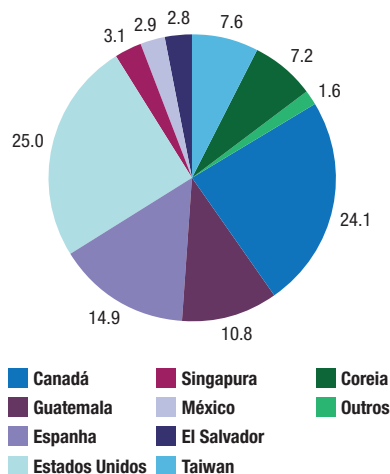
O registo de investidores para o inquérito foi construído usando informações de diversas instituições do sector público. Inicialmente, visaram-se 813 empresas, mas 284 destas clarificaram que não tinham activos ou passivos estrangeiros, deixando a lista final de empresas em 529. Após duas rondas de inquéritos, 349 empresas forneceram informações, atingindo uma taxa de resposta de 66%. Esta taxa foi muito positiva, dadas as circunstâncias prevalecentes quando o inquérito foi lançado – eleições nacionais e incerteza política, assim como uma colisão com o período em que as empresas estavam a ultimar as suas contas anuais. Não obstante, algumas das maiores empresas não responderam ao inquérito, por isso um dos maiores desafios de um segundo ciclo será assegurar que se recebam as respostas dessas empresas.

Os resultados mostram fluxos de investimento estrangeiro da ordem dos US\$206.4 milhões em 2005, incluindo empréstimos intra-empresas. Deste montante, US\$53.4 milhões foram de lucros reinvestidos, o que significa que apenas uma baixa percentagem de capital ou dividendos foi paga aos investidores

estrangeiros ou nacionais. Este nível elevado de reinvestimento poderá ou reflectir confiança na economia ou desafios na obtenção de tipos de capital tais como dívida. O inquérito também permitiu à Nicarágua identificar o stock de APE.

O destino principal do IDE foi a zona livre, que recebeu US\$77.1 milhões (37% do total). Outros sectores que atraíram o IDE foram o sector mineiro (22.3%), energia (14.6%), indústria (8.6%), e comércio e serviços (7.5%). Os resultados indicam que os sectores mais atractivos são aqueles que têm a rentabilidade mais elevada.

Gráfico 1 – Investimento Directo Estrangeiro por País de Origem (Em percentagem)



O gráfico mostra que três países OCDE (os EUA, o Canadá e a Espanha) representaram 64% do IDE. Embora o investimento intra-regional também fosse significativo (17%), esta concentração elevada realça a necessidade de alargar os esforços de promoção do investimento, especialmente para fontes não-OCDE.

A tabela abaixo mostra que o sector privado na Nicarágua está muito exposto a financiamentos de curto prazo, principalmente no crédito a fornecedores proveniente de fontes não-coligadas. Não obstante, os financiamentos de longo prazo (principalmente de empresas coligadas) também subiram em 20%. A dívida do sector privado merece uma monitorização muito mais rigorosa.

O formulário das percepções dos investidores obteve uma taxa de resposta mais baixa (58% do grupo reduzido) que o formulário de APE, por um lado porque foram recolhidos separadamente e por outro devido a relutância em comentar o desempenho do Governo. Contudo, os investidores expressaram percepções positivas da maior parte dos factores e a vasta maioria planeava aumentar ou manter o seu investimento a médio prazo.

O Governo da Nicarágua está actualmente a preparar uma proposta para financiamento dos doadores e espera nos próximos meses lançar um segundo ciclo do PFC CPE.

Dívida Externa do Sector Privado da Nicarágua (US\$ milhões)

	Stock a 31 Dez 2004	Desembolsado em 2005	Reembolsado em 2005	Stock a 31 Dez 2005
Por Prazo	1,801.9	3,678.7	3,590.4	1,890.3
Longo Prazo	333.6	434.2	369.1	398.8
Curto Prazo	1,468.3	3,244.5	3,221.3	1,491.5
Por Instrumento	1,801.9	3,678.7	3,590.4	1,890.3
Crédito a fornecedores de fontes não-coligadas	1,365.7	3,089.6	3,103.6	1,351.7
Outro financiamento de fontes não-coligadas	304.4	135.8	101.6	338.5
Financiamento de fontes coligadas	131.8	453.3	385.1	199.9

Fonte: Banco Central da Nicarágua

ACTUALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO PFC CPE

No último trimestre, o PFC CPE lançou o programa no Senegal, Mali, Congo e Gabão, novos ciclos no Burkina Faso, no Uganda e na Zâmbia, concebeu e apresentou uma nova metodologia sobre planos de acção de políticas e ultimou e divulgou a Versão 2.0 do software genérico do PFC juntamente com o primeiro rascunho completo do Manual Técnico.

Progressos dos países

Os países operaram progressos conforme o seguinte:

- A Bolívia (Ciclo 3) tem estado a recolher dados para 2007.
- O Botsuana está a discutir modalidades de apoio com o ComSec, o MEFMI e a DFI.
- O Burkina Faso lançou o seu segundo ciclo com um Seminário de Abertura no mês de Junho.
- O Congo acolheu uma Missão de Avaliação de Pedidos no mês de Junho.
- O Gabão recebeu uma Missão de Avaliação de Pedidos no mês de Junho.
- A Gâmbia ultimou o seu relatório analítico para o Ciclo 2.
- O Gana (Ciclo 2) está a ultimar acordos contratuais para voltar a aderir ao PFC CPE.
- O Mali lançou o seu primeiro ciclo com uma Missão de Avaliação de Pedidos no mês de Abril seguida de um Seminário de Abertura no mês de Maio.
- A Nicarágua está a ultimar o seu relatório analítico e uma proposta aos doadores para um segundo ciclo.
- O Senegal realizou uma Missão de Avaliação de Pedidos no mês de Maio, seguida de um Seminário de Abertura, Consciencialização e Formação no mês de Junho.
- A Tanzânia ultimou os dados e relatórios analíticos dos Ciclos 3 e 4.
- O Uganda encerrou o Ciclo 6 (2006) e lançou o Ciclo 7 (captando dados para 2007) com um evento de disseminação de resultados seguido de um Seminário de Formação no mês de Maio.
- A Zâmbia ultimou os seus preparativos

técnicos pós-seminário e iniciou o seu inquérito às empresas em Maio, recolhendo dados para 2006 e 2007.

Metodologia

- **Planos de Acção de Políticas:** como pedra angular da Fase 3, o PFC reviu a metodologia e apresentou-a no Uganda durante o 2ºT. É divulgada nesta edição do Boletim (ver página 12), foi incluída no Manual do Grupo de Trabalho Nacional e encontra-se disponível aos países nas páginas dos membros do website (www.fpc-cbp.org: são necessários nome de utilizador e palavra-passe)

Software

- **O Software Genérico do PFC CPE:** O EIS ultimou a Versão 2.0 juntamente com um Manual do Utilizador actualizado e um Manual Técnico completo para designers de software. O PFC está a fazer circular os manuais entre os utilizadores-chave para comentários, antes de o carregar no website.
- **MEFMI – Sistema de Informações de Capitais Privados:** este software regional está a operar progressos firmes na programação e codificação. O MEFMI conduziu o seu 3º retiro de peritos no Malawi durante o 2ºT e irá organizar um seminário regional para rever e conduzir testes iniciais com utilizadores no mês de Agosto, antes de lançar o sistema no 1ºT de 2009.

Produtos de informação

- **A 34ª edição deste Boletim** já se encontra disponível nas páginas públicas do website (queira visitar www.fpc-cbp.org e fazer o link para “Boletim”). Os artigos CPE incluem relatórios sobre os progressos dos países, o alargamento do PFC à Zona Franco e a criação de parcerias com o sector privado. Para perguntas



sobre a assinatura, queira contactar dfi@dri.org.uk

- O Briefing #18 foi divulgado em Maio de 2008 e encontra-se disponível online (queira visitar www.fpc-cbp.org e fazer o link para “Briefing PFC CPE”). Descreve os desenvolvimentos mais recentes no PFC, assim como iniciativas, pesquisa, desenvolvimentos em códigos e normas, etc., nacionais, regionais e internacionais relacionados. Para perguntas sobre a assinatura, queira contactar dfi@dri.org.uk.
- O website continua a ser actualizado de 6 em 6 semanas com um resumo “Notícias” dos desenvolvimentos mais recentes nos países e de assuntos técnicos.

Futuro programa de trabalho

Durante o próximo trimestre o PFC irá

- Preparar-se para a segunda onda de trabalho do PFC nos novos países da Zona Franco com lançamentos no Benim, na RCA, no Chade, na Costa do Marfim, na Guiné Equatorial, no Níger e no Togo.
- Realizar seminários de sensibilização e seminários de formação nos Camarões, no Congo e no Gabão, assim como seminários combinados de disseminação de resultados e formação na Gâmbia, no Malawi e na Tanzânia, e missões de acompanhamento à Bolívia, ao Mali e ao Senegal.
- Relançar o programa no Gana com uma Missão de Avaliação de Pedidos.
- Continuar a produzir produtos de informação (boletim informativo, listserve, website) conforme programado.

PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE O ALÍVIO DA DÍVIDA

Que tipos de ajuda fornecem os doadores e credores do sul?

Conforme a Tabela 1 abaixo mostra, cerca de 90% da ajuda fornecida por doadores e credores do sul são na forma de empréstimos e donativos a projectos e assistência técnica.

Ao contrário dos doadores do norte, os doadores do sul não têm fornecido montantes significativos de apoio ao orçamento ou à balança de pagamentos, embora a Índia tenha fornecido este tipo de ajuda ao Butão, ao Nepal e mais recentemente ao Afeganistão (a este último através do fundo fiduciário multi-doadores com base no desempenho). A República da Coreia já indicou que irá no futuro entregar uma parcela mais elevada da

sua ajuda através de abordagens baseadas em programas. Os fundos multilaterais árabes (incluindo o Fundo OPEP) e os Governos do Kuwait, da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos e da Venezuela têm fornecido apoio balança de pagamentos para financiar as importações de petróleo. Também se sabe que os contribuidores árabes contribuíram com apoio significativo ao orçamento (cerca de US\$450 milhões) para a Cisjordânia e Gaza em 2006. Muitos contribuidores do sul especialmente a China, a Índia, a República da Coreia, a África do Sul e os credores multilaterais forneceram alívio da dívida significativo.

Muitos doadores mais pequenos do sul (por exemplo, a Argentina, o Chile, o Egípto, Singapura e a Tunísia) têm focado quase totalmente na cooperação técnica. A China e a Índia também têm uma longa história de prestar cooperação técnica, frequentemente como uma parte de projectos – a Índia forneceu mais de US\$3 mil milhões em assistência técnica a 156 países em desenvolvimento. A República da Coreia, a Tailândia e a Turquia também têm programas significativos de cooperação técnica. A cooperação técnica constitui, no entanto, uma componente relativamente pequena da ajuda fornecida pelas instituições multilaterais do sul.

Bilaterais	
África	
África do Sul	Actualmente, quase toda a ajuda da África do Sul é canalizada através de canais multilaterais (incluindo a NEPAD, o Fundo African Renaissance, etc.). Fornece algum alívio da dívida.
Ásia	
China	A maior parte da ajuda na forma de projectos, em géneros, cooperação técnica e alívio da dívida.
Índia	Ajuda fundamentalmente orientada para projectos (incluindo cooperação técnica), à excepção do Butão e do Nepal e recentemente também do Afeganistão (ABP). Fornece algum alívio da dívida.
Coreia, República da	Os donativos da cooperação técnica são 31%, os donativos a projectos/programas são 22%, outros donativos são 16%, e os empréstimos bilaterais são 31%. Alívio da dívida total concedido a PPME.
Malásia	Grosso da ajuda através da cooperação técnica, que envolve algum tipo de ajuda a projectos.
Tailândia	80% na forma de empréstimos a projectos, o resto é cooperação técnica.
Médio Oriente e Norte de África	
Kuwait	O KFAED entrega principalmente projectos e cooperação técnica, estando o Gov. do Kuwait envolvido em apoio ao orçamento e à BP. Fornece algum alívio da dívida.
Arábia Saudita	O Fundo Saudita concede principalmente o tipo de ajuda a projectos (mas nenhuma cooperação técnica), sendo a ajuda a programas historicamente 4% do total. O apoio bilateral directo inclui algum apoio ao orçamento e alívio da dívida.
Turquia	Cada vez mais ajuda a projectos e programas (30%), mas ainda uma grande parte em cooperação técnica (26%). Também bastante elevada é a 'ajuda a refugiados nos países doadores'.
Emirados Árabes Unidos	O ADFD oferece ajuda na forma de projectos e cooperação técnica, tendo sido concedido algum alívio da dívida em 2006. O apoio bilateral directo inclui algum apoio ao orçamento.
América Latina e Caraíbas	
Argentina	Principalmente cooperação técnica, mas avançando no sentido de um empenho institucional a mais longo prazo (por exemplo, no Haiti). Contudo, ainda focalizado em projectos. Fornece algum alívio da dívida.
Brasil	A ajuda brasileira consiste principalmente em cooperação técnica. Também fornece algum alívio da dívida e ajuda alimentar/de emergência.
Chile	A AGCI entrega ajuda totalmente através de cooperação técnica e bolsas de estudo.
Venezuela	Os acordos da ajuda petrolífera da Venezuela são essencialmente apoio à BP. A Venezuela também presta alguma ajuda humanitária e tipo de ajuda a projectos através do BANDES.
Instituições Multilaterais de Desenvolvimento (não-OCDE)	
BADEA	96% de ajuda (empréstimos) a projectos e programas, resto cooperação técnica (donativos).
Banco Islâmico de Desenv.	As aprovações líquidas para os últimos anos têm sido de cerca de 50% de financiamento comercial e 50% a projectos, sendo a cooperação técnica inferior a 1%.
Fundo OPEP para o Desenv.	Sobretudo ajuda a projectos e programas (77%) e alívio da dívida (13%).
Outros	
Taiwan Província da China	Ajuda bilateral quase toda a projectos e na forma de cooperação técnica. Fornece algum apoio ao orçamento.

Fonte: PFC PPME